



KAMIN CASINO

浪漫經典婚紗攝影
ESTUDIO ROMANTIC CLASSIC

李成德
美容世界

LOU WENG IO
MESTRE DE MEDICINA CHINESA
盧榮耀醫務所
專治 內科 婦科 跌打

大一公司

RELOJOARIA CIDADE UNIDA
CITY CHAIN

時時廊

最後清倉

C&B

RELOJOARIA CIDADE UNIDA

RELOJOARIA CIDADE UNIDA

Desenvolvimento do Tecido Urbano da Cidade de Macau Urbanismos e Urbanidades

JOÃO VICENTE MASSAPINA*

Ao lado e na página anterior: Exemplos de edifícios recuperados e “reanimados” com novas utilizações no Largo de S. Domingos, no centro da cidade. Todas as fotografias que ilustram este artigo são da autoria de João Vicente Massapina (1998 a 2000).



O Urbanismo é uma prática e um exercício de aplicação, confrontando realidades e exemplos, com hesitações, é certo, mas onde nasce mais a experiência que o conhecimento, não sendo por isso monopólio de arquitectos, mas, pelo contrário, uma disciplina pertencente a todos nós, onde os especialistas urbanos são importantes pedagogos e defensores da “memória colectiva”.

Versailles, Brasília, Barcelona, Roma, Istambul, Berlim, são exemplos de cidades que se desenvolveram

*Licenciado em Arquitectura pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa em 1980, tendo iniciado estudos académicos na Escola Superior de Belas-Artes de Paris. Especialização em Planos Directores Municipais e em Reabilitação Urbana. Prepara tese de Doutoramento em Gestão Urbana. Entre 1992-98 exerceu Arquitectura nos Serviços de Urbanismo e Construção do Leal Senado de Macau, ingressando depois nos quadros do Ministério do Planeamento e Administração do Território (Portugal).

Bachelor of Architecture, Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (1980). Also studied at the Ecole Supérieure des Beaux-Arts in Paris. Further studies in Municipal Planning and Urban Renewal, and currently preparing a doctoral thesis in Urban Management. From 1992-98 worked as an architect for the Urban Planning and Construction Division of the Leal Senado in Macao, then joined the staff of the Ministry of Territorial Planning and Administration (Portugal).

ao sabor de poderes estabelecidos de reis, presidentes, monarcas, papas, fundamentalistas religiosos e ditadores, onde nunca o cidadão foi auscultado, enquanto frequentador e utilizador da CIDADE.

Voltaire dizia que a história alimenta-se tanto dos testemunhos dos reis como dos seus criados de quarto.

Hoje, e após os períodos de campanha eleitoral, os criados de quarto... nem sequer são ouvidos pela democracia.

O Urbanismo é, simultaneamente, uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada, tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço, segundo uma estratégia de conjunto.

O homem e o seu bem-estar, bem como a sua interacção com o ambiente, estão no centro das preocupações do ordenamento do território, proporcionando a cada cidadão um quadro e uma

PATRIMÓNIO / Arquitectura e Urbanismo



Aspecto da fachada da Farmácia Popular, no Largo do Senado, edifício classificado.

qualidade de vida harmoniosa, assegurando o desenvolvimento da sua personalidade num ambiente planeado à escala humana.

O Urbanismo, em circunstâncias políticas desejáveis, deverá orientar-se sempre numa perspectiva democrática, com objectivos integrados, funcionais e prospectivos, tendo em consideração a existência de múltiplos poderes de decisão, individuais e colectivos, que influenciam a organização do espaço, as particularidades dos sistemas administrativos e a diversidade das condições sociais, económicas e ambientais, conciliando assim todos estes factores da forma o mais equilibrada possível.

Uma utilização óptima do espaço favorece a qualidade de vida quotidiana, as relações no seio das comunidades humanas, correspondendo assim às aspirações da população, com uma gestão responsável dos recursos naturais e a protecção do ambiente, podendo minimizar conflitos sociais futuros, assegurando recursos energéticos, seja qual for a dimensão do território.

Sendo também uma “aventura” previamente delineada, leia-se planeada, o Urbanismo permite congregiar todas as actividades humanas, dotando as aldeias, vilas e cidades de uma autonomia e identidade próprias, aspiração local tão cara aos poderes centrais.

O Urbanismo será, por assim dizer, um conjunto de disposições que permitem aos aglomerados urbanos e rurais organizarem-se, salvaguardando sempre os seus hábitos, costumes e tradições, que obviamente variam de região para região, estando, pois, intimamente relacionado com a prática e esse mesmo poder político, sendo por isso uma resultante desse próprio poder.

Aliás, a palavra PODER é objecto de uma grande contradição em matéria de Urbanismo, desresponsabilizando sempre os governantes de todas as acções que empreendem e prometem.

O Urbanismo, no decorrer dos séculos, foi objecto de inúmeros métodos, resultantes de experiências de reinserção social, por vezes científicas, geralmente de iniciativa governamental, conforme



Festa tradicional chinesa (dança do dragão) no Largo do Senado, uma zona fechada ao trânsito automóvel e totalmente pavimentada com calçada portuguesa nos anos 90.

fossem as aspirações e as promessas do poder estabelecido.

Vejamos:

Urbanismo tecnocrata – com planificações estratégicas a curto prazo, onde a rentabilidade económica é uma prioridade, conduzindo os aglomerados urbanos a um crescimento rápido, privilegiando o terciário e os centros administrativos nas grandes cidades, descurando o território rural e criando, assim, assimetrias entre a cidade e o campo: Tóquio, Singapura, Brasília.

Urbanismo estatal – planificações a médio e longo prazo no intuito de resolver as carências habitacionais, facultando, em certa medida, aos trabalhadores condições de habitabilidade perto dos locais de trabalho nos centros urbanos, permitindo assim uma maior rentabilidade da mão-de-obra, mas originando graves despovoamentos e desenraizamentos sociais: Moscovo, Magdeburgo, Buenos Aires.

Urbanismo participativo – planeamentos flexíveis, não impostos, de gestão corrente, auscultando

directamente todos os agentes que contribuem para o crescimento e desenvolvimento dos aglomerados, sejam eles urbanos ou rurais: Paris, Madrid, Bolonha.

Actualmente, todas as comunidades humanas são **participativas** em todas as acções que dizem respeito à gestão da cidade, em diálogo mais ou menos directo, orientado por órgãos institucionais locais democraticamente eleitos, condição necessária para uma boa gestão urbana, onde a troca de ideias e objectivos estão sujeitos a discussão e opinião diversas.

A reconversão urbanística do Casal Ventoso em Lisboa e a tomada de posição das populações contra as centrais incineradoras de resíduos sólidos em Leiria são exemplos gratificantes de participação dos cidadãos, onde as instituições locais – as Câmaras Municipais – desempenham um papel relevante.

Este modelo de gestão participativa, praticamente em vigor em toda a Europa, que se desenvolveu de uma maneira difusa e mesmo espontânea no início dos anos sessenta em países

PATRIMÓNIO / Arquitectura e Urbanismo



Edifício precário numa zona densamente habitada da cidade.

anglo-saxónicos, sendo conjuntamente com o movimento ecológico designado por *advocacy planning*, tem hoje o mérito de ser implementado por instituições regionais, sejam estas de esquerda ou de direita.

A uma crítica erudita aliou-se uma crítica vernácula, conciliando as diversas opiniões, conduzindo a sistemas de valores válidos para o bem-estar das populações, onde no tempo e no espaço nascem algumas cidades novas e outras se recuperam, e a identidade dos valores urbanos é prioritária, em contraponto com os conceitos fontistas e retrógrados das denominadas obras públicas...

A diferença reside, assim, na conciliação desses valores, ou seja: é tão importante construir uma ponte como recuperar um bairro antigo.

A GESTÃO DAS CIDADES...

Mas a quem pertence ou deveria pertencer a gestão urbana de uma cidade ?

Os poderes centrais sempre foram detentores da gestão urbanística das cidades e dos aglomerados de pequena escala e a história do urbanismo em Portugal, que ainda está por escrever, esteve sempre relacionada com o poder, nomeadamente durante a Primeira República e o Estado Novo.

De uma tentativa de democraticidade parlamentar da Primeira República, Portugal inicia a 28 de Maio de 1926 um regime autoritário, de feição fascizante, influenciado pelos regimes ditatoriais italiano e germânico.

O Urbanismo desenvolve-se, assim, tendo em conta os métodos e conceitos vigentes na Europa desse tempo, onde a monumentalidade e uma determinada “pureza de estilos” eram patenteados nas obras que se implementavam nas cidades, desde Palácios da Justiça, às urbanizações de classe, alojando as populações em função do seu estrato e estatuto social.

Portugal manifesta-se hoje numa Europa cada vez mais mercantilista, neoliberal e defensora da grande globalização, abandonando sistematicamente os



O casario baixo, de estilo chinês, da Rua da Felicidade foi recuperado exteriormente em finais dos anos 90.

princípios sociais do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos, e onde as populações continuam a viver ou, melhor, a sobreviver, sem um mínimo de condições de vida aceitáveis.

O sistema democrático, inovador pela sua participação popular, é por vezes adulterado por propostas políticas, algumas irrealizáveis, levando as populações locais a viver sempre na expectativa e na esperança de um futuro melhor, onde a habitação, a educação, a saúde, a cultura e o ambiente são sempre secundarizadas pelas políticas de defesa nacional e pela corrida desenfreada aos armamentos, desenvolvendo e estimulando guerras e descontentamentos sociais, gerando desigualdades económicas, degradando a qualidade de vida das populações e conduzindo a reformas de subsistência miseráveis para os mais velhos e a uma ausência de perspectivas de realização profissional para os mais novos.

As cidades degradam-se e desenvolvem-se em impasses e becos de delinquência juvenil nomeadamente, com algumas excepções, onde

talvez a escala urbana de alguns aglomerados favoreça outro modo de vida, com mais qualidade e segurança.

Que nos adianta a “memória colectiva” de um Chiado, ou do Bairro do Marais em Paris, dos cascos antigos e dos centros históricos, se os cidadãos moradores são abandonados para as periferias urbanas, devido à terciarização da economia, privilegiando centros urbanos de negócios, lojas de comida rápida... e a localização de grandes superfícies comerciais, negação absoluta do comércio e das relações de vizinhança entre os cidadãos.

Os planos urbanísticos, quando existentes, eram elaborados em função desses atributos, sem esquecer os grandes traçados rodoviários envolventes e um determinado conceito de obras públicas, protagonizado por Duarte Pacheco, método que aliás tem sido continuado por inúmeros governos posteriormente ao 25 de Abril de 1974, descurando-se sistematicamente o tal Urbanismo Participativo, privilegiando-se pontes, calçadas e grandes rodovias, sinónimo de

PATRIMÓNIO / Arquitectura e Urbanismo



Comércio moderno em edifícios históricos, uma das soluções de preservação sustentada do património.

desenvolvimento... em detrimento de uma verdadeira política de solos e de uma recuperação de tecidos urbanos.

Os Municípios, pouco a pouco, chamam a si a responsabilidade do ordenamento do território, “aliviando” algumas competências do governo central, acelerando decisões mais próximas das populações e contribuindo, em certa medida, para uma melhor modernização do aparelho administrativo.

Contudo, a Gestão Urbana praticada reflecte unicamente o ordenamento do território concelhio ou interconcelhio, continuando a ser da competência do poder central a implementação dos grandes planos regionais e das grandes opções orçamentais.

Por muitas opções regionais que actualmente existam, e que actualmente são matéria de discussão política, continua por implementar-se uma

verdadeira regionalização, baseada em melhores e maiores competências para as autarquias, descentralizando eficazmente o poder instituído.

MACAU

Macau, cidade profundamente enraizada nos seus hábitos urbanos, sejam eles chineses ou portugueses, é hoje um exemplo do que não se devia ter feito em matéria de crescimento urbano.

Mesmo após o 25 de Abril, a autonomia municipal e política das autarquias não funcionou em pleno, desempenhando os municípios tarefas de âmbito sanitário, algumas delas bem importantes, mas ficando excluídos de qualquer decisão em matéria de gestão urbana.

Esta ausência de “democraticidade urbanística” em Macau, a nível das autarquias, teve, em meu entender, consequências desastrosas no âmbito do



NAPE – Novos Aterros do Porto Exterior, uma zona totalmente conquistada ao mar nos anos 80 e inícios de 90. Toda esta construção verificou-se num período de grande especulação imobiliária.

Urbanismo, visto que todas as decisões de crescimento urbano eram da responsabilidade dos programas desenvolvimentistas de cada Governador, cada um deles com objectivos certos de deixar a sua “marca fontista” no território.

Aplicar metodologias simples de composição urbana, devidamente actualizáveis, é sinónimo de eficiência e participação, nomeadamente para cidades médias como Macau, onde tudo havia para descobrir e fazer, tendo em conta as suas especificidades, como modelo de composição e de gestão urbana de um **Urbanismo de Intervenção Permanente**.

A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE

Entre os séculos XVI e XIX, a cidade de Macau não esteve sujeita a quaisquer orientações urbanísticas.

O seu crescimento realizava-se em função de necessidades primárias, muito relacionadas com a difícil

resolução de problemas infra-estruturais de abastecimento de água, esgotos domésticos e resíduos sólidos, permitindo, tanto quanto possível, dotar a cidade de um mínimo de condições de salubridade.

O desenvolvimento imobiliário era nulo e as novas construções resumiam-se à edificação de imóveis administrativos e governamentais, sendo o parque habitacional existente votado ao abandono, vivendo a população, nomeadamente a chinesa, em condições bastante precárias.

No primeiro quartel do século XX a cidade apresenta-se com um conjunto de edifícios, apesar de tudo com algum valor arquitectónico, situação que a distinguia favoravelmente da vizinha ex-colónia britânica de Hong Kong.

Abandonada pelo Estado Novo, a cidade de Macau sobrevivia com grandes dificuldades financeiras, na medida em que os orçamentos, oriundos de Lisboa, eram essencialmente destinados à colonização interna

PATRIMÓNIO / Arquitectura e Urbanismo

SÉCULO XVI



MANUTENÇÃO DO PERFIL DA PENÍNSULA
DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO
MARÍTIMO

SÉCULO XVII



PERFIL INICIAL DA PENÍNSULA
CONSOLIDAÇÃO DO CASCO ANTIGO
CIDADE COM CARACTERÍSTICAS RURAIS

SÉCULO XVIII



CONSTRUÇÕES NO PORTO INTERIOR
COMÉRCIO TERRESTRE
CRESCIMENTO DO CASCO ANTIGO

SÉCULO XIX



CRESCIMENTO INTERIOR DO TECIDO URBANO
ACESSO MARÍTIMO À ILHA VERDE

HERITAGE / Architecture and Urban Planning

SÉCULO XX. Anos Dez e Vinte



CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS
CONSTRUÇÃO DOS PARQUES VERDES
FRACAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

SÉCULO XX. Anos Trinta e Quarenta



EXPANSÃO URBANA PERIFÉRICA
EXTENSÃO URBANA À ILHA VERDE
INEXISTENTE PRESSÃO IMOBILIÁRIA

SÉCULO XX. Anos Cinquenta e Sessenta



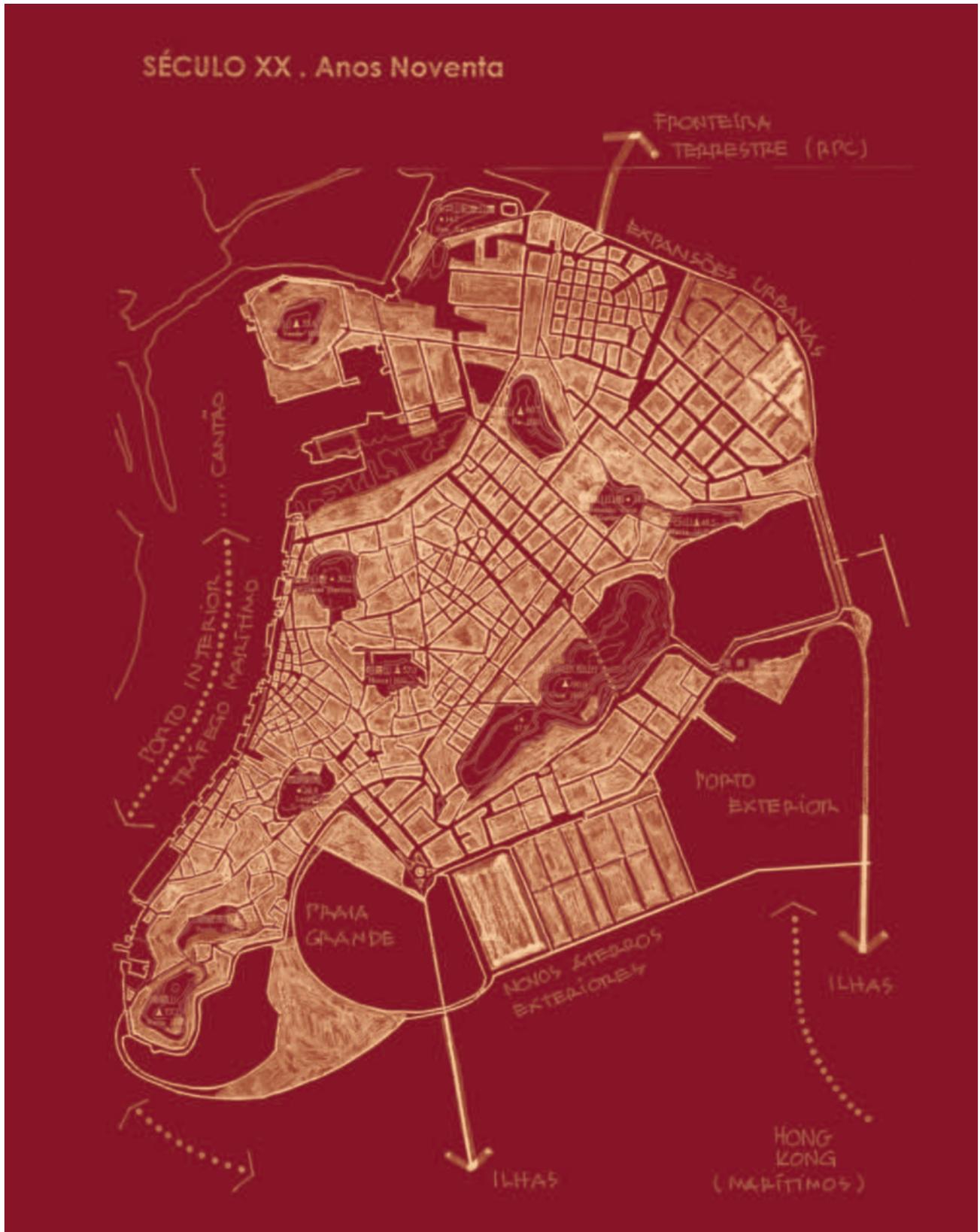
REFORMULAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS SANITÁRIAS
MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS

SÉCULO XX. Anos Setenta



CONSTRUÇÃO DA PONTE NOBRE DE CARVALHO
PRIMEIRAS EXPANSÕES URBANAS
TERMINAL MARÍTIMO NO PORTO INTERIOR

PATRIMÓNIO / Arquitectura e Urbanismo



de Angola e Moçambique, territórios que pelo seu valor geológico e agrícola permitiam avultados lucros ao governo central.

Contudo, a cidade mantinha, apesar dos seus problemas de salubridade, uma presença e identidade arquitectónica importantes, ambientes e cenários construídos que, na generalidade, foram totalmente destruídos.

Nas décadas de sessenta e setenta, Macau, tendo em conta o desenvolvimento da guerra colonial em África, recebe um acréscimo de população oriunda nomeadamente de Moçambique, desenvolvendo-se timidamente, face à pressão desenvolvimentista de Hong Kong.

Posteriormente ao 25 de Abril de 1974 os primeiros governos constitucionais da Terceira República promovem a ida de contingentes de funcionários para Macau, iniciando-se assim, e por um período de cerca de vinte cinco anos aproximadamente, um rápido “desenvolvimento” do território.

As políticas então iniciadas pelos Governadores de Macau, nomeados pelos vários Presidentes da República Portuguesa, privilegiaram essencialmente a reorganização de todo o aparelho administrativo e a construção de infra-estruturas, negligenciando sempre uma correcta política de urbanismo e de ordenamento do território.

Os Governadores nomeados, e que na maioria foram pessoas com formação militar, implementaram um conjunto de “programas de desenvolvimento”, descuidando sistematicamente o planeamento da cidade.

Politicamente foram feitas cedências a alguns empresários, descurando-se uma indústria têxtil, pequena mas de vanguarda, permitiu-se que as receitas obtidas das actividades do jogo fossem percentualmente inseridas nos orçamentos do território e, finalmente, devido à grande pressão imobiliária, destruiu-se uma agricultura de subsistência, é certo, mas de enorme importância.

Macau é ainda hoje, e apesar de tudo, uma cidade singular, com pequenas descobertas e aventuras urbanas, de ruelas, becos, impasses e cantinhos que felizmente, por razões de dificuldade construtiva e de acessibilidade, ainda não foram destruídos.

O casco antigo, cujo Largo do Senado é o exemplo máximo da animação urbana da cidade, uma das muitas iniciativas do ex-Leal Senado de Macau, encontra-se “enclavado” em conjuntos construídos, de altimetrias e cêrceas abusivamente toleradas.



Banca de fruta, sob arcada patrimonial (Largo do Senado).

A península de Macau e as suas ilhas, pela sua feição geográfica e estratégica, são a imagem de um espaço essencialmente vocacionado para o rio e para o mar, traduzida assim numa dimensão cultural, perderam um certo brilho...no tempo e no espaço.

OS PLANOS

Os denominados instrumentos urbanísticos traduzem, regra geral, o pulsar de uma cidade com políticas de ordenamento do território que forneçam a todos os agentes medidas legais e eficazes de planeamento urbano.

Um PLANO deverá ser o resultado de um trabalho colectivo, onde o arquitecto é um dos elementos importantes em toda a actividade multidisciplinar, com mecanismos que permitam a sua flexibilidade, sem adular o espírito e filosofia que promoveram a sua elaboração.

PATRIMÓNIO / Arquitectura e Urbanismo



Ao fundo, as Ruínas de S. Paulo, o monumento mais visitado da cidade. Toda a zona envolvente foi reabilitada nos anos 90.

Um PLANO DE INTERVENÇÃO PERMANENTE poderá eventualmente contribuir para que se desenvolvam harmoniosamente cidades como Macau, Luanda, São Tomé ou Maputo, sem que se estabeleçam medidas de “modernidade desenfreada”, destruindo centros históricos e permitindo, sem qualquer rigor e disciplina, o aparecimento de grandes conjuntos construídos de muito pouca qualidade.

Foi tempo em que o território dispunha de algumas “circulares urbanísticas” que, mal ou bem, orientavam todas as iniciativas de ocupação de solo e de construção na cidade de Macau e nas ilhas da Taipa e Coloane.

Simultaneamente, e para os casos de resposta mais dúbia, já que não existia matéria de Direito Urbanístico para cobrir situações irregulares, era simplesmente aplicado o Regulamento de Construção Urbana de Macau, uma cópia mais ou menos fiel do famigerado Regulamento Geral de Edificações Urbanas português.

Constata-se, assim, que não existiam quaisquer orientações jurídicas, com figura e força de lei, sobre a disciplina urbanística, podendo facilmente concluir-se que a cidade de Macau cresceu muito ao sabor de inúmeras iniciativas espontâneas, ainda que calculadas, e onde a inexistência de lei adequada, por um lado, e uma excessiva permissividade, por outro, geraram exemplos de ocupação urbanística e de arquitectura de muito duvidosa qualidade, infelizmente.

De autoria do Professor Freitas do Amaral, por certo um dos melhores especialistas em Direito do Urbanismo em Portugal, encontra-se publicada uma obra de legislação urbanística que, infelizmente, nunca contribuiu para a gestão urbana e para o exercício da profissão de arquitecto, nos aspectos relacionados com o ordenamento do território.

Este vazio legislativo, agravado por uma flexibilidade em decisões favoráveis, que a administração assumia perante alguns agentes privados, teve como consequência o aparecimento de modelos



Aspecto de templo chinês.

PATRIMÓNIO / Arquitectura e Urbanismo

urbanos na proximidade de linhas de domínio marítimo e hídrico, contribuiu para a irremediável destruição do património construído ainda existente, facilitou uma especulação fundiária e imobiliária desenfreada, perdendo-se definitivamente, a médio prazo, a identidade urbana e cultural de Macau.

Hoje, estamos perante um facto consumado. A preocupação constante dos dirigentes da altura foi a de actualizar um cadastro urbano com omissões urbanísticas, pois trata-se unicamente de um documento de polícia, de novos traçados viários e de mera rectificação de alinhamentos construídos.

Macau é ainda hoje, e apesar de tudo, uma cidade singular, com pequenas descobertas e aventuras urbanas, de ruelas, becos, impasses e cantinhos que felizmente, por razões de dificuldade construtiva e de acessibilidade, ainda não foram destruídos.

Em 1967, a França reorganizou, pela sua Lei Fundiária, o Direito do Urbanismo, estabelecendo os Planos de Ocupação dos Solos, iniciando Planos Directores de Urbanismo que, posteriormente, se traduziram em poderosos Planos de Pormenor de iniciativa municipal, uma tarefa bastante difícil há cerca de trinta e cinco anos, mas que hoje funciona como um procedimento aceite por todos os cidadãos, com resultados práticos em benefício tanto da iniciativa privada como das instituições públicas.

A cidade de Macau dispunha de dois instrumentos urbanísticos devidamente aprovados: os Planos Urbanísticos da Baía da Praia Grande e o Plano Urbanístico dos Novos Aterros do Porto Exterior.

O primeiro, de traçado genuinamente orgânico, estabelece uma série de equipamentos urbanos que, juntamente com o parque habitacional, lhe conferem

uma continuidade de crescimento em total diálogo com o que resta de uma morfologia urbana da cidade antiga, nomeadamente a romântica Baía da Praia Grande, exemplar “passeio público” da cidade.

O segundo, rígido na sua composição e nos seus traçados, a que os brasileiros chamam de “planos em grade”, apresenta um desenho nitidamente barroco, austero e repressivo, tendo sido, sem dúvida, um dos maiores erros urbanísticos promovidos pela então Administração Portuguesa do Território.

Para Macau, nomeadamente, importa salientar que elaborar um PLANO é garantir um bom nível de qualidade de vida urbana, tendo em conta a sua reduzida área e a sua excessiva demografia, permitindo harmoniosamente a implantação de equipamentos que, em conjunto com o parque habitacional, promovam uma ocupação equilibrada nos aspectos social, económico e cultural.

As áreas da denominada cidade antiga deverão merecer cuidados importantes quanto a uma requalificação ambiental, evitando-se o excessivo estabelecimento de “Zonas de Protecção”, medida de carácter jurídico há muito tempo abandonada pelos urbanistas e que favorece mais rapidamente a pressão e especulação fundiária nas suas envolventes construídas.

A cidade deverá dispor, assim, de medidas cautelares com vista ao seu crescimento e salvaguarda, normas que deverão abranger a totalidade do tecido urbano.

A elaboração de um PLANO DE INTERVENÇÃO PERMANENTE será o reflexo das preocupações anteriormente referidas, apesar de se destinar a um espaço e a um território já devidamente consolidados.

Poderá ser flexível no tempo, dialogante nas atitudes e propostas que insere, sendo assim uma medida preventiva que venha a acautelar os excessos de modernidade duvidosa.

A variedade de recursos que dispõe um Plano impõe sempre uma abordagem pluridisciplinar a partir do momento político em que existe vontade de conhecimento e de acção.

Do ponto de vista filosófico, elaborar um plano é habitualmente encarado como mutilar uma cidade, escolhendo propostas e soluções que, por vezes, não vão ao encontro dos agentes dinamizadores e traduz na maior parte dos casos o espelho de uma atitude e prática políticas.

HERITAGE / Architecture and Urban Planning

Fazer participar TODOS num processo de planeamento urbanístico saudável é salvaguardar a “memória colectiva” de um povo, de um país ou de uma região, manifestando as suas ambiências, realçando as suas qualidades e autocriticando as suas atitudes.

CONCLUINDO ...

A cidade de Macau cresceu inicialmente ao longo da sua mais-valia fluvial e marítima no que diz respeito às grandes trocas e transacções comerciais e das suas estruturas militares de defesa, com o beneplácito dos jesuítas.

Os governantes portugueses nunca acautelaram o seu acelerado crescimento urbano nomeadamente a partir do último quartel do século vinte.

A cidade nunca foi apoiada financeira ou economicamente pelos vários governos da República, mesmo após o 25 de Abril de 1974.

Macau desenvolveu-se essencialmente com o apoio das receitas do jogo e de outras actividades lucrativas inerentes.

O estabelecimento legal de instrumentos urbanísticos orientadores e disciplinadores do crescimento urbano da cidade foi sempre descurado e secundarizado pelos vários governos do território, privilegiando-se sempre os grandes investimentos de obras públicas, alguns deles sem quaisquer critérios de planeamento urbano.

No domínio do ordenamento do território, os anos trinta e quarenta foram aqueles que mais oportunidades criaram para que se pudessem estabelecer regras e medidas cautelares sobre o desenvolvimento urbano da cidade e a salvaguarda de todo o seu património edificado.

O êxito de uma cidade é igualmente o êxito dos governantes, de uma política cultural, de uma identidade que deverá ser respeitada e defendida, porque todos os homens são iguais em direitos e dignidade.

Uma cidade é Património Mundial, não pela existência de monumentos e palácios, mas sim pela qualidade de todo o seu tecido e ambiente urbanos, aliados a uma gestão política de proximidade com credibilidade, onde a defesa, salvaguarda e reabilitação dos conjuntos construídos deverá ser uma prioridade diária.

Dotar Sintra ou a cidade de Macau de um estatuto de Património Mundial será ineficaz se nos esquecermos das condições de habitabilidade em que vivem algumas das suas populações, assim como os princípios e conceitos urbanísticos que nortearam os respectivos crescimentos.

Sintra não é só o Palácio, são igualmente os aglomerados do Cacém, Tercena e Massamá, assim como Macau não é somente o que resta das Ruínas da Igreja de São Paulo, mas é igualmente os conjuntos periféricos do bairro da Areia Preta, a salvaguarda do passeio público da Praia Grande, a comunhão de novas construções com edifícios mais antigos e o arranjo dos espaços urbanos... enfim, a CIDADE!

Compete agora à nova Administração Chinesa da Região Administrativa e Especial de Macau “saborear” o que foi feito pelos Portugueses nos últimos anos, mas também planear devidamente a cidade para um futuro cada vez mais cosmopolita, onde as formas de vida urbana e de organização da cidade sejam cada vez mais os motivos que melhor caracterizam a nossa civilização contemporânea.

A cidade de Macau é insubstituível...

Necessário é geri-la no seu todo... e bem.

É esta a grande “aventura do Urbanismo.” Em Macau e no Mundo!

A MINHA TERRA...

Saí menino da minha terra.

Passei trinta anos longe dela.

De vez em quando diziam-me:

– Sua terra está mudada...

Tem avenidas, arranha céus.

É hoje uma bonita cidade!

Meu coração ficava pequenino.

Revi finalmente o meu Recife.

Está de facto completamente mudado

Tem avenidas, arranha-céus

É hoje uma bonita cidade

Diabo leve quem pôs bonita a minha terra !

Manuel Bandeira **RC**